



PARECER N. 20.860

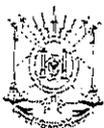
Processo n. 004887-02.00/17-2

Processo de Contas de Governo do
Administrador do **Executivo Municipal de
Soledade**, referente ao exercício de 2017.
Falhas formais e de controle interno.
Recomendação. **Parecer Favorável.**

A Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, reunida em Sessão Ordinária de 09 de dezembro de 2020, em cumprimento ao disposto nos parágrafos 1º e 2º do artigo 31 da Constituição Federal e artigo 71 da Constituição Estadual;

– considerando o contido no Processo n. 004887-02.00/17-2, de Contas de Governo do Administrador do **Executivo Municipal de Soledade**, Senhor **Paulo Ricardo Cattaneo**, referente ao exercício de 2017;

– considerando o fato de o Balanço-Geral da Administração Municipal e os demais documentos que integram o referido Processo de Contas de Governo conterem tão somente falhas de natureza formal, não prejudiciais ao Erário, bem como outras de controle interno, decorrentes de deficiências materiais ou humanas da Entidade, devidamente comprovadas nos autos, as quais, na sua globalidade, não comprometem as Contas em seu conjunto, embora ensejem recomendação no sentido de sua correção para os exercícios subsequentes;



Continuação do Parecer n. 20.860

Decide:

– **Emitir**, por unanimidade, **Parecer Favorável** à aprovação das Contas de Governo do Administrador do **Executivo Municipal de Soledade**, correspondentes ao exercício de **2017**, gestão do Senhor **Paulo Ricardo Cattaneo**, em conformidade com o artigo 3º da Resolução TCE n. 1.009, de 19 de março de 2014, **recomendando** à atual Administração que evite a reincidência das inconformidades apontadas neste Relatório e promova a correção daquelas passíveis de regularização, bem como **verificar em futura auditoria**, as medidas implementadas nesse sentido;

– **Encaminhar** o presente Parecer, bem como os autos que embasaram o exame técnico procedido, à Câmara Municipal de Vereadores, para os fins de julgamento estatuído no parágrafo 2º do artigo 31 da Constituição Federal.

Sala Virtual,
09 de dezembro de 2020.

CONSELHEIRO ALGIR LORENZON

Presidente

CONSELHEIRO IRADIR PIETROSKI

Relator

CONSELHEIRO MARCO PEIXOTO

Estive presente:

ADJUNTA DE PROCURADOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS
FERNANDA ISMAEL